

Relatório Anual 2020





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	23
DIRETORIA EXECUTIVA	23
CONTADOR	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
BALANÇO SOCIAL ANUAL/2020	26
UNIDADES	27



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Relatório da Administração 2020

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia acompanhados do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia enfrentou um ano altamente competitivo e marcante, do qual saiu mais preparada e robusta para enfrentar oportunidades futuras. Avançou em diferentes iniciativas de inovação e expansão, redução de custos e despesas, fortalecimento de suas operações e marcas, consistência na execução da estratégia de crescimento orgânico e de eficiência operacional. Deparou-se com o cenário da pandemia da Covid-19 que trouxe desafios adicionais para o dia a dia, de forma global, nos diversos segmentos. Implementou um plano de contingência com uma série de medidas para enfrentamento ao vírus com o objetivo de garantir a continuidade de seus negócios e a segurança de seus colaboradores e operações. Frente às dificuldades, seguiu as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país, readequando suas rotinas, visando dar segurança aos seus colaboradores contra as ameaças da pandemia. Dentre as principais medidas destacam-se: a) criação de um comitê de crise para a gestão diária das ações necessárias para assegurar a segurança dos colaboradores; b) realização de intensa comunicação com fóruns de discussão e orientação sobre prevenção à Covid-19; c) afastamento de colaboradores do grupo risco e com comorbidades; d) intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreiras sanitárias nas unidades operacionais. Desta forma, a preservação da saúde e da vida foram os pilares de todas as estratégias frente à crise. Para a proteção da saúde dos colaboradores implementou ações para garantir o distanciamento seguro, evitando aglomerações, aderiu a política de *home office*, de forma parcial, já no início de março, para o setor administrativo, suspendeu a participação em eventos corporativos e reuniões presenciais. As reuniões e a comunicação entre unidades passaram a ser de forma remota, por meio eletrônico, adotou protocolo robusto de higienização, cancelou viagens e trânsito entre unidades e realizou várias ações sociais com o intuito de ajudar as comunidades nas quais está inserida, como por exemplo doação de equipamentos hospitalares, álcool 70% e cestas básicas, trabalhando em sinergia com Secretarias de Saúde e Vigilância Epidemiológica. Adicionalmente, reforçou a gestão do nível de estoque de matéria-prima, insumos e produtos acabados além da reorganização da produção. Diante destes desafios, a Pamplona Alimentos S.A. agiu de forma rápida e precisa, monitorando riscos e estabelecendo processos de trabalho que garantissem segurança às pessoas e aos negócios. A disciplina operacional e o atendimento das normas, aliados ao cumprimento das estratégias traçadas, adequadas à realidade mundial, foram fundamentais para o atingimento dos resultados. Apesar dos impactos negativos da Covid-19, sentidos principalmente no mercado interno, em especial pela perda de poder aquisitivo da população e pelas proibições de funcionamento de diversos estabelecimentos, a produção de carne suína no Brasil bateu recordes (fonte ABPA). Eventos climáticos adversos como estiagem, um ciclone e uma forte enxurrada também afetaram o desenvolvimento das atividades da Companhia; entretanto, as políticas de enfrentamento, os planos de contingência e a atuação imediata com o envolvimento de todos minimizaram os efeitos destes problemas e evidenciaram a qualidade e eficiência dos processos. Ainda como reflexo do surto de Peste Suína Africana (PSA), houve um aumento das exportações de cortes básicos de suínos para a China e também para outros mercados, especialmente na Ásia. A Companhia aumentou suas exportações para o mercado chinês em 34,4% em volume e 44,6% em faturamento nas vendas. Por outro lado, houve aumento no custo de produção das rações, na comparação com 2019 - 27% no milho, 36% no farelo de soja -, elevando o custo do suíno próprio, apesar das antecipações de compras das principais *commodities*. A elevação do custo de aquisição das proteínas animais, com aumento de 41% em suínos e 46% em bovinos, também foi significativa. A valorização do dólar em 2020 (+30,4% em relação a 2019) e a recuperação dos preços em dólar (+10,3%) geraram aumento nos preços em reais, com impacto positivo na margem de contribuição das vendas para o mercado externo. No mercado interno, houve recuperação parcial dos preços apesar da alta competição, graças ao aquecimento da demanda externa. O lançamento de novos produtos porcionados e/ou fatiados, para o consumo no lar - como a linguiça toscana 400g, linguiça tipo calabresa fatiada 500g, lombo canadense fatiado 500g - confirmou a estratégia exitosa de oferecer produtos práticos para o cliente final. Para reforço da marca perante o consumidor, foi iniciado o projeto Top Brands Pamplona, que traz uma nova proposta de *branding* e diretrizes e a contratação de uma empresa de assessoria de imprensa. Para atender de forma mais ágil e eficiente todo o país, tendo em vista a demanda crescente e o incremento do número de clientes no canal varejo, foi instalado no município de Camboriú/SC, próximo à rodovia BR-101, um HUB Logístico. No setor agropecuário, a Pamplona Alimentos S.A. destacou-se em diversas frentes, tais como: frigorífico brasileiro com maior percentual de adaptação na questão do bem-estar animal (77% da produção adaptada); recorde interno de produção de ração; custo evitado com otimizações no uso de matérias-primas alternativas; recorde interno na produção de suínos próprios em quantidade de cabeças, elevando o ativo biológico em R\$ 54,4 milhões. A tendência é que esses números sigam em ascensão. Ainda na inovação do setor agropecuário, o aplicativo Meu Lote foi peça-chave para manter a comunicação entre os produtores e a Companhia, permitindo uma gestão mais eficaz da sanidade dos animais, da logística de rações e da movimentação animal por meio de mecanismos tecnológicos de ponta. A fim de manter e sustentar esses crescimentos, diversos



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Relatório da Administração 2020

investimentos marcaram o setor agropecuário tais como o desenvolvimento de novas linhas genéticas, expansão das unidades experimentais e o aumento da capacidade de estocagem de grãos. Nos investimentos industriais, estes alinhados com a estratégia traçada, destaca-se o início ao plano de expansão da Pamplona Alimentos S.A., para os próximos quatro anos, de R\$ 600 milhões, com a duplicação do abate e da desossa na unidade de Presidente Getúlio (SC), que possibilitará o incremento de 2.640 suínos/dia, adequando a unidade para atendimento de mercados mais exigentes e da necessidade de matéria-prima para produtos processados. O investimento previsto para a unidade de Presidente Getúlio é de aproximadamente R\$ 320 milhões, mais R\$ 125 milhões em ativo biológico e capital de giro, totalizando R\$ 445 milhões. A primeira etapa, iniciada em 2020, está voltada para a modernização da armazenagem e paletização. Para a Unidade Rio do Sul (SC), foi aprovado projeto de expansão de processados, nas linhas de temperados, linguixas frescas, linguixas cozidas, fatiados e defumados, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 155 milhões, incluindo capital de giro, possibilitando um incremento de 16,5 mil toneladas de produtos industrializados por ano. A transformação digital recebeu especial atenção, tanto na gestão corporativa quanto nas atividades operacionais. A conclusão do estudo para a alteração do sistema integrado de gestão, com o objetivo de iniciar em 2021 as negociações de um ERP de classe mundial, possibilitará a Companhia acompanhar as mudanças de mercado de forma mais ágil, inclusive para novos negócios digitais. Com o aumento e a aceleração da digitalização empresarial, também realizou investimentos voltados à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), elevando o nível de maturidade de itens como conscientização dos colaboradores, redução das vulnerabilidades dos sistemas/equipamentos e tratamento de dados. A sustentabilidade está arraigada na cultura da Pamplona Alimentos S.A., em todos os seus aspectos e, conseqüentemente, suas ações durante a presente pandemia foram tomadas com a preocupação de fortalecer laços com todos os seus *stakeholders*. Engajada com o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que atua, a Companhia busca aprimorar continuamente projetos sustentáveis para reciclagem de resíduos, descarte consciente e instalações de dispositivos para redução do consumo de água, além de campanhas de conscientização. Adicionalmente, é política da Pamplona Alimentos S.A. não contratar serviços ou comprar produtos de empresas poluidoras, que desmatem florestas, que usem matérias-primas de fontes ilegais ou que utilizem trabalho infantil ou escravo. Por meio de incentivos fiscais promovidos pelo Governo, parte do imposto de renda devido pela Companhia vem sendo empregado em projetos específicos de cunho social, através da 'Lei de Incentivo à Cultura', 'Lei de Incentivo ao Esporte', 'Lei do Idoso' e 'Lei da Criança e Adolescente'. Aprimorar as práticas de governança corporativa é um dos objetivos contínuos da Administração, que entende que o relacionamento mais aberto com seus diferentes públicos contribui para melhorar não apenas a imagem da Pamplona Alimentos S.A., mas também seu desempenho. Em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas a mercado, privilegiando a transparência e coibindo a assimetria de informações. O foco em planejamento tornou-se ainda mais relevante em um ano tão cheio de turbulências permitindo que a Pamplona Alimentos S.A. continuasse a aproveitar as oportunidades, melhorando sobremaneira a sua performance. A Companhia encerrou 2020 com recorde em Receita Operacional Bruta (ROB): R\$ 1,9 bilhão (+39,0%). O Lucro Líquido foi de R\$ 298 milhões (+334,3%), em sua maioria formado pelo desempenho excepcional da operação. Com a recuperação das vendas no mercado externo e o *transit time* das vendas para a China, além do repasse de preços no mercado interno e o câmbio mais valorizado, a Companhia teve aumento considerável em contas a receber. No *hedge* cambial, trabalhou com operações diárias de câmbio travado para garantia de manutenção das margens, sem exposição cambial. A ROB do mercado interno fechou o ano em R\$ 928 milhões (+19,05%) e a do mercado externo ficou em R\$ 977 milhões (+65,46%). Destaca-se o EBITDA ajustado, que atingiu R\$ 369,5 milhões (margem de 21,2%), ante R\$ 145,8 milhões (margem de 11,9%). O excepcional EBITDA possibilitou efetuar antecipadamente liquidações das operações bancárias onerosas e de capital de giro (R\$ 201 milhões - 99,7%). A dívida líquida financeira encerrou o ano com R\$ 673 mil, grau de alavancagem de 0,0x. Houve disponibilidades decorrentes do desempenho operacional da Companhia no período, buscando-se a adequação na política do caixa mínimo. Será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 20 de Abril de 2021, a proposta da Administração a respeito da destinação do lucro do exercício de 2020 de R\$ 298 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 2 milhões; da constituição da reserva legal de R\$ 12,9 milhões; da destinação de dividendos de R\$ 50,2 milhões; ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$ 14,2 milhões, esta aprovada pelo Conselho de Administração em 2020; da constituição da reserva de retenção de lucros de R\$ 182,5 milhões, e da constituição da reserva de incentivos fiscais no valor R\$ 40,2 milhões. Esses resultados só foram possíveis graças ao apoio, à confiança e a lealdade dos clientes, acionistas, ao time de profissionais altamente capacitados, desafiadores e focados no atingimento dos objetivos estratégicos, integrados, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros comerciais, seguradoras, instituições financeiras e a sociedade que dão à Companhia as condições para a realização de todas as suas ações. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. ressalta o seu otimismo em relação ao ano de 2021, com avanços, maximizando o retorno dos investimentos realizados nos últimos anos, e agradece a todos os seus *stakeholders* pelo suporte oferecido à sua missão, de fornecer alimentos práticos, saudáveis e seguros. A Administração. Rio do Sul, 16 de março de 2021.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro Em milhares de Reais

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	140.386	45.659
Contas a receber (Nota 6)	208.444	177.074
Estoques (Nota 7)	133.973	72.925
Ativos biológicos (Nota 8)	152.959	101.365
Tributos a recuperar (Nota 9)	45.620	44.305
Outros ativos	11.952	4.003
	693.334	445.331
Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 17)	7.722	9.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	1.244	–
Impostos a recuperar (Nota 9)	14.548	17.034
Ativos biológicos (Nota 8)	20.693	18.735
Outros ativos	173	158
	44.380	45.178
Propriedades para investimento	4.319	4.319
Intangível	3.234	3.123
Ativos de direito de uso (Nota 11)	17.662	–
Imobilizado (Nota 10)	352.232	324.639
	421.827	377.259
Total do ativo	1.115.161	822.590
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	191.942	124.376
Salários e encargos sociais (Nota 13)	35.736	26.201
Tributos a pagar	7.471	6.203
Comissões a pagar	3.407	2.875
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17)	62.310	15.490
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	91.030	165.352
Passivos de arrendamento (Nota 11)	4.481	–
Adiantamento de Clientes	9.954	2.988
Outros passivos	14.086	8.140
	420.417	351.625
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (Nota 15)	–	5.979
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	50.028	81.862
Provisão para contingências (Nota 16)	44.639	35.636
Passivos de arrendamento (Nota 11)	12.897	–
Outros passivos	5.410	4.409
	112.974	128.886
Total do passivo	533.391	480.511
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 17)	174.500	168.390
Reservas de lucro	337.624	101.981
Ajuste avaliação patrimonial	69.646	71.708
Total do patrimônio líquido	581.770	342.079
Total do passivo e patrimônio líquido	1.115.161	822.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Receitas (Nota 18)	1.739.675	1.216.064
Custo das vendas (Nota 19)	(1.230.334)	(951.484)
Lucro bruto	509.341	264.580
Despesas com vendas (Nota 19)	(125.896)	(109.929)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(26.464)	(16.066)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 20)	(22.814)	(16.578)
Lucro operacional	334.167	122.007
Receitas financeiras (Nota 21)	42.894	18.456
Despesas financeiras (Nota 21)	(57.483)	(45.224)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(14.589)	(26.768)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.578	95.239
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 15)	7.222	(5.086)
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 15)	(28.771)	(21.532)
Lucro líquido do exercício	298.029	68.621
Lucro básico por ação do capital social (em Reais)		
Básico e diluído	841,41	197,19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	298.029	68.621
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	298.029	68.621

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	Reservas de lucros						Resultado acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	168.390	8.611	40.077	-	73.535	-	290.613	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.768)	2.768	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	941	(941)	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	68.621	68.621	
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	-	-	-	-	-	(11.100)	(11.100)	
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.055)	(6.055)	
Constituição de incentivos fiscais	-	-	(63.240)	63.240	-	-	-	
Constituição de reserva	-	3.431	49.862	-	-	(53.293)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	168.390	12.042	26.699	63.240	71.708	-	342.079	
Integralização de capital	6.110	-	-	-	-	-	6.110	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(3.125)	3.125	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	1.063	(1.063)	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	298.029	298.029	
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	-	-	-	-	-	(14.260)	(14.260)	
Dividendos	-	-	-	-	-	(50.188)	(50.188)	
Constituição de incentivos fiscais	-	-	-	40.234	-	(40.234)	-	
Constituição de reserva	-	12.890	182.519	-	-	(195.409)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	174.500	24.932	209.218	103.474	69.646	-	581.770	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.578	95.239
Ajustes de		
Depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	25.965	19.431
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Nota 11)	1.576	152
Provisão (reversão) para contingências	9.003	4.023
Ajuste valor justo de ativo biológico florestas	(102)	348
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	18.745	22.773
Arrendamento mercantil (Nota 11)	(284)	–
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(31.370)	(51.286)
Estoques	(61.048)	(2.225)
Biológico	(53.450)	(13.380)
Tributos a recuperar	1.171	20.492
Depósitos judiciais	(7.964)	2.430
Outros ativos	1.529	(92)
Fornecedores	67.566	26.379
Salários e encargos sociais a pagar	9.535	9.545
Tributos a pagar	(871)	(782)
Arrendamentos	17.378	–
Adiantamento de clientes	6.966	253
Outros passivos	6.479	2.881
Caixa gerado nas operações	330.402	136.181
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.771)	(21.532)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	301.631	114.649
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(51.998)	(44.020)
Aquisições de ativos de direito de uso (Nota 11)	(20.046)	–
Aquisições de ativo intangível (Nota 10)	(579)	(612)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(72.623)	(44.632)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos (Nota 17)	(9.380)	–
Juros de empréstimos pagos (Nota 14)	(19.669)	(23.167)
Pagamento de empréstimos (Nota 14)	(826.230)	(259.318)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	720.998	220.303
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(134.281)	(62.182)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	94.727	7.835
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.659	37.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	140.386	45.659

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	2020	2019
Receitas		
Vendas brutas de produtos	1.882.428	1.338.153
Outras receitas	3.296	770
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(413)	446
	1.885.311	1.339.369
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias	(1.111.546)	(842.123)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(114.077)	(107.819)
Valor adicionado bruto	659.688	389.427
Depreciação e amortização	(25.965)	(19.431)
Valor adicionado líquido produzido	633.723	369.996
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	42.894	18.456
Outros	22	13
Valor adicionado total a distribuir	676.639	388.465
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	123.946	101.319
Pessoal - benefícios	14.452	10.584
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	84.395	71.085
Estaduais	97.010	89.954
Municipais	232	176
Juros	57.483	45.224
Aluguéis	1.092	1.502
Juros sobre capital próprio e dividendos	64.449	17.155
Lucros retidos	233.580	51.466
Valor adicionado distribuído	676.639	388.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. | INFORMAÇÕES GERAIS

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes, sete granjas de produção de suínos e uma unidade industrial terceirizada de abate e desossa de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina. Dispõe de oito centros de distribuição, dois em São Paulo e um nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia; e um HUB logístico no estado de Santa Catarina. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 16 de março de 2021. **1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Não foram identificados impactos relevantes.

2. | RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.4 Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado:** Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. A Administração avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de *impairment* destes ativos. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de instrumentos financeiros não derivativos:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	2020	2019
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	140.386	45.659
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	208.444	177.074
	348.830	222.733
Passivos financeiros	2020	2019
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	191.942	124.376
Empréstimos	141.058	247.214
Passivos de arrendamento	17.378	-
	350.378	371.590

2.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e produtos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). **2.6 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, quebras, vencimento e obsolescência quando necessário, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **2.7 Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **2.8 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. Todas as alterações ao valor justo foram reconhecidas no resultado do exercício. **2.9 Arrendamentos:** A Companhia aluga, centros logísticos de comercialização, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um ano a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A Administração optou por adotar a norma a partir de 2020 dada a irrelevância dos valores envolvidos. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, garantia, por exemplo.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI.

Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

2.10 Intangível: (a) Marcas e patentes: As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

(b) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco a dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

2.11 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Terrenos e edifícios compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os terrenos e construções em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	2 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.12 Impairment de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. **2.13 Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16 Benefícios a empregados:** O reconhecimento dessa participação, quando aplicável, é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. A Companhia não concede outros tipos de benefícios além daqueles previstos em lei, bem como plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem esquemas de remuneração baseado em ações. **2.17 Incentivos fiscais:** O incentivo governamental é reconhecido quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo concedente e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis ao benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados dedução do custeio de produção. A Companhia possui termos de acordo com o estado de Santa Catarina para apropriação de crédito presumido de ICMS sobre o abate de suínos e saídas internas de produtos resultantes do abate, isso em substituição ao crédito ordinário não reconhecido na cadeia produtiva de suínos através do sistema de integração. **2.18 Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Vendas de produtos:** A receita da Companhia refere-se unicamente ao seu principal negócio, a comercialização de produtos derivados de suínos e bovinos. A receita está concentrada em 49% no mercado nacional e 51% no mercado internacional. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (ii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iii) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. **(b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. **2.19 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. **2.20 Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,49% a.m. (0,50% a.m. em 2019). Tal índice representa a taxa média de captação da companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 34 dias (34 dias em 2019), enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 40 dias (40 dias em 2019). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **2.21 Normas novas que ainda não estão em vigor:** Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

3. | GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito aos títulos e valores mobiliários e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de gestão da Companhia. **i. Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **ii. Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	140.386	45.659
Contas a receber de clientes	208.444	177.074
Total	348.830	222.733

iii. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. **(c) Risco de mercado: i. Risco com taxa de juros:** A Companhia apresenta risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis. O endividamento está indexado substancialmente ao CDI e a TJLP, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis. **ii. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira, os quais estão descritos a seguir: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a exposição cambial estava assim representada:

	2020		2019	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	5.550	28.836	2.267	9.136
Contas a receber	20.039	104.127	22.561	90.922
Adiantamento a fornecedores	2.176	11.306	11	43
Passivo				
Empréstimos	(3.036)	(15.773)	(18.006)	(72.565)
Contas a pagar	(1.752)	(9.102)	(2.199)	(8.864)
Adiantamentos de clientes	(1.581)	(8.213)	(143)	(578)
Exposição líquida	21.396	111.181	4.491	18.094

A Administração utiliza-se de instrumentos financeiros de *hedge* com a finalidade de eliminar os efeitos da exposição cambial garantindo assim as margens de suas exportações. Como estratégia para reduzir os custos financeiros, a Companhia trocou empréstimos em moeda estrangeira por contratos de câmbio futuro. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de lucros. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **3.3 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia são avaliadas e consideradas com baixo risco de volatilidade.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. | ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: - Ativos biológicos (Nota 8); - Provisão para contingências (Nota 16).

5. | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	161	201
Bancos	3.633	13.646
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	28.836	9.136
Aplicações financeiras - Renda fixa - CDB	107.756	22.676
	140.386	45.659

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 96% a 103% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Caixa e bancos em moeda estrangeira referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Companhia mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2020, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

6. | CONTAS A RECEBER

	2020	2019
No país	105.230	86.651
No exterior	104.127	90.922
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(913)	(499)
	208.444	177.074

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui recebíveis (duplicatas) em garantia para financiamentos no montante de R\$ 6.927. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2020	2019
A vencer	202.973	166.710
Vencidos há 30 dias	5.806	6.652
Vencidos de 31 a 60 dias	233	2.193
Vencidos de 61 a 90 dias	73	385
Vencidos de 91 a 180 dias	111	843
Vencidos a mais de 180 dias	161	790
	209.357	177.573
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(913)	(499)
	208.444	177.074

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	(499)	(385)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.068)	(917)
(-) Valores revertidos da provisão	654	803
Em 31 de dezembro	(913)	(499)



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. | ESTOQUES

	2020	2019
Produtos acabados	79.437	46.950
Produtos em elaboração	11.431	6.599
Matérias-primas	27.956	12.486
Materiais secundários	13.393	5.332
Almoxarifado	4.231	2.750
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido	(2.475)	(1.192)
	133.973	72.925

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tem R\$ 52.198 de estoques dados em garantias de financiamentos. A provisão sobre os estoques é constituída quando: i) o valor líquido de realização dos estoques é menor que o seu custo; e/ou ii) após avaliação técnica; e/ou iii) após a consideração de valor líquido de realização ao menor custo, é movimentada a provisão/reversão ocorrida do menor custo ou mercado. Movimentação da provisão para estoques obsoletos:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	1.192	819
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido	1.283	373
Em 31 de dezembro	2.475	1.192

8. | ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2020	2019
Suínos vivos	171.699	118.133
Bovinos vivos	187	303
Florestas	41	41
Ajuste do valor justo do ativo biológico florestas	1.725	1.623
	173.652	120.100

O aumento de suínos vivos, deve-se pelo aumento de plantel de suínos para abate e de matrizes e reprodutores, e pela elevação dos custos das principais matérias primas nos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:

	Suínos vivos	Bovinos vivos	Florestas	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019				
Saldo inicial	104.890	172	2.006	107.068
Adições	759.342	274	-	759.616
Baixas para produção	(746.099)	(143)	(342)	(746.584)
Saldo contábil, líquido	118.133	303	1.664	120.100
Ativo circulante	101.061	303	-	101.364
Ativo não circulante	17.072	-	1.664	18.736
	118.133	303	1.664	120.100
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
Saldo inicial	118.133	303	1.664	120.100
Adições	799.665	117	102	799.884
Baixas para produção	(746.099)	(233)	-	(746.332)
Saldo contábil, líquido	171.699	187	1.766	173.652
Ativo circulante	152.772	187	-	152.959
Ativo não circulante	18.927	-	1.766	20.693
	171.699	187	1.766	173.652



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. | TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
ICMS	35.096	15.724
COFINS a recuperar	12.519	21.230
PIS a recuperar	3.260	5.153
Antecipações de IRPJ	7.632	13.948
Antecipações de CSLL	–	5.284
Crédito judicial IRPJ/CSLL	1.661	–
	60.168	61.339
Circulante	45.620	44.305
Não circulante	14.548	17.034

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve aumento, no acúmulo de créditos, motivado principalmente pelo: crescimento da aquisição de grãos de outros estados; incremento na operação de compra de suíno vivo para abate em terceiro; e, reconhecimento do crédito integral na aquisição de carne suína e bovina vindas dos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, após convalidação dos seus incentivos fiscais. Para o próximo ano está previsto o aumento das transferências de créditos para terceiros, através da aprovação dos pleitos, efetuados junto ao governo do Estado, com base nos projetos de expansão da Companhia, visando à redução dos saldos credores de ICMS. **PIS e COFINS à recuperar:** São procedentes de créditos das compras de insumos empregados na produção de produtos destinados à exportação e pelas saídas com alíquota zero. A redução dos saldos foi motivada pela compensação com as contribuições previdenciárias e tributos federais, o saldo remanescente de créditos refere-se aos períodos anteriores que estão sendo discutidos na esfera administrativa. **Antecipações de IRPJ:** A redução do valor refere-se ao recebimento em pecúnia da Receita Federal do Brasil de pedido de ressarcimento feito em anos anteriores e compensações com tributos federais. O saldo remanescente está homologado pela Receita Federal do Brasil aguardando a restituição pecuniária. **Crédito Judicial IRPJ/CSLL:** Refere-se ao ganho judicial da Ação de exclusão de incentivos de ICMS da base de cálculo de IRPJ e CSLL, habilitado em setembro de 2020, totalizando R\$ 47.019, e utilizado em compensações com débitos de tributos federais e contribuições previdenciárias. Os valores de impostos a recuperar, cujas expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. | IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Obras em andamento e adiantamentos	Total
Movimentação custo										
Em 31 de dezembro de 2018	94.196	126.037	132.489	3.143	29.255	713	4.695	499	15.738	406.765
Adições	6.928	1.518	11.159	242	347	20	1.846	87	21.873	44.020
Transferência	–	9.153	17.600	6	6.399	–	–	–	(33.158)	–
Baixas	–	(60)	(1.710)	(70)	(64)	(275)	(58)	(25)	(34)	(2.296)
Em 31 de dezembro de 2019	101.124	136.648	159.538	3.321	35.937	458	6.483	561	4.419	448.489
Adições	884	244	13.067	540	508	208	964	146	35.437	51.998
Transferência	–	1.860	1.987	14	3.298	–	–	–	(7.159)	–
Baixas	–	–	(3.165)	(64)	(7)	(216)	(1.500)	(40)	(10)	(5.002)
Em 31 de dezembro de 2020	102.008	138.752	171.427	3.811	39.736	450	5.947	667	32.687	495.485
Movimentação depreciação										
Em 31 de dezembro de 2018	–	40.452	49.095	2.058	10.956	374	3.717	346	–	106.998
Depreciação do exercício	–	5.235	10.706	204	1.929	46	597	95	–	18.812
Baixa	–	(51)	(1.517)	(65)	(64)	(183)	(56)	(24)	–	(1.960)
Em 31 de dezembro de 2019	–	45.636	58.284	2.197	12.821	237	4.258	417	–	123.850
Depreciação do exercício	–	6.299	12.818	230	2.706	35	678	84	–	22.850
Baixa	–	–	(2.809)	(56)	(3)	(121)	(423)	(35)	–	(3.447)
Em 31 de dezembro de 2020	–	51.935	68.293	2.371	15.524	151	4.513	466	–	143.253
Saldo do imobilizado										
Em 31 de dezembro de 2019	101.124	91.012	101.254	1.124	23.116	221	2.225	144	4.419	324.639
Em 31 de dezembro de 2020	102.008	86.817	103.134	1.440	24.212	299	1.434	201	32.687	352.232
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%	20%		



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obras em andamento e adiantamentos referem-se, na sua maioria, no início da expansão fabril da unidade de Presidente Getúlio e de Rio do Sul. **(a) Outras informações:** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía o montante de R\$ 167.195 (R\$ 175.098 em 2019) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.

11. | ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia aluga centros de destruição comerciais, veículos, máquinas e equipamentos. Em geral os contratos são realizados em períodos de 1 a 5 anos, com opções de renovação.

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Imóveis operacionais	17.662	–
	17.662	–
Passivos de arrendamento		
Circulante	4.481	–
Não circulante	12.897	–
	17.378	–
Impacto no resultado do exercício	(284)	–

A Companhia estimou a taxa de desconto de 6%, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos: **(b) Ativos de direito de uso:** As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	1º de janeiro de 2020				31 de dezembro de 2020
	Adições	Baixas	Depreciação		
Edificações	– 10.514	–	(1.136)	9.378	
Veículos	– 7.357	–	(484)	6.873	
Máquinas e equipamentos	– 1.033	–	(695)	338	
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	– 1.142	–	(69)	1.073	
	– 20.046	–	(2.384)	17.662	

(c) Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	–
Juros pagos	(349)
Adição por novos contratos	20.046
Pagamentos de principal e juros	(2.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.378

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas, conforme maturidade dos contratos:

Vencimento das prestações	2020	2019
Menos de 1 ano	4.481	–
2 anos	3.899	–
3 anos	3.596	–
4 anos	3.596	–
5 anos	1.806	–
Saldo em 31 de dezembro	17.378	–

12. | FORNECEDORES

	2020	2019
Fornecedores de matéria-prima - Mercado interno	172.924	106.376
Fornecedores de matéria-prima - Mercado externo	9.101	8.864
Fornecedores de imobilizado - Mercado interno	9.917	9.136
	191.942	124.376



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2020	2019
Salários a pagar	7.081	5.872
Provisão e encargos de férias	11.977	9.588
Provisão participação nos resultados	13.718	8.325
Encargos sociais	2.960	2.416
	35.736	26.201

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2020	2019
Capital de Giro					
	7,65% a 9,00% a.a.	2021	R\$	5.191	19.176
	4,20% a 5,80% a.a.	2021	R\$	40.619	20.071
	6,30% a.a.	2020	R\$	–	10.133
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	9.896	10.668
	100% CDI + 2,92% a 3,99% a.a.	2022	R\$	16.240	45.295
	3,62% a 5,45% a.a. + variação cambial	2021	US\$	15.773	72.565
	8,89% a.a. + IPCA	2024	R\$	10.435	10.051
Investimentos					
BNDES/BRDE/BADESC					
	3,48% a 5,00% a.a + TJLP	2024	R\$	4.491	5.174
	6,83% a 8,30% a.a + cesta de moedas	2024	R\$	5.954	5.068
	8,70% a.a.	2022	R\$	–	294
	2,50% a 9,50% a.a.	2024	R\$	14.189	20.173
	100% CDI + 3,74% a 4,00% a.a.	2024	R\$	557	10.909
	8,58% a.a. + IPCA	2030	R\$	8.335	8.040
FINEP	9,00% a.a.	2027	R\$	9.378	8.400
LEASING	12,41% a.a.	2022	R\$	–	1.197
				141.058	247.214
Parcelas circulante				91.030	165.352
Parcelas não circulante				50.028	81.862

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2022	20.256
2023	15.565
2024	6.098
2025	2.435
2026 - 2030	5.674
	50.028

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	247.214	286.623
Captações	720.998	220.303
Juros provisionados	18.745	22.773
(-) Amortizações	(826.230)	(259.318)
(-) Juros pagos	(19.669)	(23.167)
Em 31 de dezembro	141.058	247.214

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis e estoques. Os contratos de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, não possuem cláusulas do tipo "debt covenants" que requerem a manutenção de determinados índices econômicos financeiros.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

(a) Composição do saldo

Ativo	2020	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	310	170
Provisão para contingências	18.622	11.300
Provisão para comissões	755	700
Provisão variação cambial passiva	81	1.692
Prejuízos fiscais do imposto de renda	17.303	12.987
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	5.954	5.073
Provisão para participação do resultado	3.576	1.975
Outras diferenças temporárias	6.599	7.129
	53.200	41.026
Passivo		
Custo atribuído	(35.878)	(36.941)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(586)	(552)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(704)
Provisão sobre reavaliação	(7.379)	(1.950)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(6.051)	(5.510)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.042)	(1.084)
Outras diferenças temporárias	(317)	(264)
	(51.956)	(47.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	1.244	(5.979)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2020 no exercício de 2021. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo diferido estão no exercício de 2021.

(b) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e da contribuição social:

	2020	2019
Resultado antes dos impostos	319.578	95.239
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(108.657)	(32.381)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(4.616)	(1.144)
Exclusões de incentivos fiscais	16.847	2.308
Receitas não tributáveis	7	825
Juros sobre o capital próprio	4.848	3.774
Ganho IRPJ e CSLL judicialmente (i)	70.022	-
Imposto de renda e contribuição social	(21.549)	(26.618)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(28.771)	(21.532)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.222	(5.086)
	(21.549)	(26.618)
Alíquota efetiva	7%	28%

Anualmente, a Administração reavalia o resultado efetivo dos planos de negócios da Companhia e sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, revisa a capacidade de realização e registro contábil desses créditos tributáveis.

(i) O ganho judicial de IRPJ e CSLL refere-se a êxito judicial em uma demanda sobre a exclusão dos créditos presumidos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ/CSLL. Foi reconhecido no ativo o montante de R\$ 34.235 como prejuízos fiscais e o montante de R\$ 47.019 de impostos a recuperar demonstrados na nota 9, sendo integralmente reconhecido no resultado o montante de R\$ 70.022.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos fiscais, cíveis e trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia, baseados na opinião dos consultores jurídicos. Nos casos em que há expectativas prováveis de perdas, foram constituídas as correspondentes provisões para contingências. As movimentações das provisões em 2020 estão apresentadas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2020	2019	2020	2019
Tributárias	7.249	8.821	29.282	26.506
Cíveis	–	–	1.741	631
Trabalhistas	473	430	13.616	8.499
Total	7.722	9.251	44.639	35.636

As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.787	24.826	–	31.613
Adições	1.853	1.762	631	4.246
Baixas	(141)	(82)	–	(223)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.499	26.506	631	35.636
Adições	5.777	3.076	1.110	9.963
Baixas	(660)	(300)	–	(960)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.616	29.282	1.741	44.639

(a) Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, tributáveis e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no montante total estimado de R\$ 60.730 (R\$ 52.807 em 2019).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 está representado por 354.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2020 houve um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 3.125, com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 1.063, sendo R\$ 2.062 o valor líquido de realização, remanescendo um saldo de R\$ 69.646. **(c) Reservas de lucros: i. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituído em 31 de dezembro de 2020, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 12.890, sendo que o valor total, nesta data, totaliza R\$ 24.932. **ii. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Tendo em vista a obtenção do direito de exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, através de ação judicial e como forma de atender os pré-requisitos trazidos pela Lei Complementar 160 de 2017, a Companhia a constituiu de reserva de incentivos fiscais no valor total de R\$ 63.240 retirada da conta de reserva de retenção de lucros, constituído da seguinte forma: a) R\$ 14.283 referentes ao ano de 2017; b) R\$ 29.829 referentes ao ano de 2018; c) R\$ 33.411 referente ao ano de 2019; d) Em 2018 houve a absorção da reserva de incentivos fiscais por prejuízos, no valor de R\$ 14.283, que reduziu o valor da reserva. A Companhia mantém ação judicial que questiona a obrigatoriedade desta reserva e, caso obtiver êxito, ela poderá ser revertida. Em 31 de dezembro de 2020, o montante constituído como reserva de retenção de lucros de R\$ 182.519 destina-se para investimentos, conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2021 e reforço do capital de giro. O valor total da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 209.218. **iii. Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se aos montantes apurados de créditos presumidos de ICMS que foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL nos anos de 2017 a 2019 com valor total de R\$ 63.240 e do ano de 2020 com valor de R\$ 40.234, totalizando R\$ 103.474. **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. Os dividendos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2020 foram de R\$ 64.448, sendo que, os juros sobre capital próprio de R\$ 14.260 (retenção de IRRF no valor de R\$ 2.138) foram imputados aos dividendos e R\$ 50.188 foram creditados na conta corrente dos acionistas, totalizando R\$ 62.310. A destinação dos dividendos creditados em 31 de dezembro de 2020 será deliberada em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2021. De acordo com a Lei nº 9.249/95, em 2020, a Companhia calculou e creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 14.260, sendo que o valor líquido de IRRF foi de R\$ 12.121 (R\$ 11.100 em 2019, líquido de IRRF R\$ 9.435), contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. O Conselho de Administração, nas datas de 17/03/2020 (Ata nº 238),



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16/06/2020 (Ata nº 245), 15/09/2020 (Ata nº 251) e 16/12/2020 (Ata nº 257) deliberou e aprovou os créditos trimestrais de juros sobre capital próprio. Os valores foram creditados na conta corrente dos acionistas, no total de R\$ 12.121 e pagos em 04 de janeiro de 2021. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta resultado acumulado no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.848 (R\$ 3.774 em 2019) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

18. RECEITAS

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita operacional bruta		
Venda mercado externo	977.006	590.467
Venda mercado interno	928.742	780.140
	1.905.748	1.370.607
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(145.463)	(122.089)
Devoluções	(16.185)	(27.310)
Ajuste a valor presente	(4.425)	(5.144)
	1.739.675	1.216.064

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2020	2019
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	1.006.275	749.268
Despesas com pessoal	118.774	97.561
Despesas com logística	76.871	75.848
Serviços de terceiros	32.073	30.965
Despesas com propaganda	29.390	23.166
Depreciações e amortizações	25.965	19.431
Encargos trabalhistas	21.710	19.654
Despesas com energia	17.845	18.313
Despesas com manutenção	15.363	13.045
Comissões	15.112	12.790
Outras despesas	23.316	17.438
	1.382.694	1.077.479
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	1.230.334	951.484
Vendas	125.896	109.929
Administrativas e gerais	26.464	16.066
	1.382.694	1.077.479

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2020	2019
Receitas		
Créditos extemporâneo de tributos	5.905	478
Indenizações de seguros	1.637	915
Outras receitas	1.658	199
	9.200	1.592
Despesas		
Despesas tributárias	(3.220)	(2.956)
Provisões contingenciais	(13.575)	(1.332)
Doações incentivadas pela IRPJ	(2.150)	(812)
Provisão para participação nos resultados	(13.001)	(8.317)
Indenizações	(68)	(4.405)
Outras despesas	-	(348)
	(32.014)	(18.170)
	(22.814)	(16.578)



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros ativos	19.729	7.974
Variações cambiais ativas	22.728	10.196
Outros	437	286
	42.894	18.456
Despesas financeiras		
Juros passivos	(27.101)	(29.328)
Variações cambiais passivas	(29.281)	(14.611)
Outros	(1.101)	(1.285)
	(57.483)	(45.224)
	(14.589)	(26.768)

22. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantém cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, segundo a avaliação de consultores de seguros da Companhia.

Ramos	Importâncias seguradas
Seguro patrimonial	411.069
Veículos (Danos Materiais/Danos Corporais)	105.600
Responsabilidade civil	45.000
Total	561.669

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente
Elvio de Oliveira Flores
Vice-Presidente

Edina Pamplona
Conselheira
Osmar Peters
Conselheiro
Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Marcelo Lima Tonini
Conselheiro
Wagner Augusto Illitch Bauer
Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente
Júlio César Franzói
Diretor Comercial Mercado Externo

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial
Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e Logística

Edival Justen
Diretor de Suprimentos e Fomento
Cleiton Pamplona Peters
Diretor Comercial Mercado Interno

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Pamplona Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 16 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador - CRC 1SP236051/O-7





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

SABOR
de
Qualidade
DESDE 1948



Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Chapecó - SC

Rod. SC 283, KM 8, Sala 302, 3º pavimento Bairro Interior
CEP 89.801-300 - Chapecó - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0038-70 - CCICMS-SC. Nº 260.352.993

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3426
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Casas de Carne

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João
CEP 88305-101 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-7330 ou 3366-6774
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Filiais de Distribuição

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

São José dos Pinhais - PR

Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo
CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR
Telefone: (41) 2104-8419
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Ribeirão Preto II - SP

Rua Franca, 2020, - Sala 02 - Bairro Vila Elisa
CEP 14.075-490 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (19) 3321-2111
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 797.530.831.118

Barueri II - SP

Av. Prefeito João Vilalobos Quero, nº 1505 - G 01 - Sala 01 - Bairro Jardim Belval
CEP 06422-122 - Barueri - SP
CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 206.454.654.110

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
Telefone: (21) 2734-1133
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Área 04
CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Simões Filho - BA

Via de Penetração II, nº 938 - Sala 14 - Bairro Cia Sul
CEP 43700-000 - Simões Filho - BA
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Portão - RS

Rua Julio de Castilho, nº 1777 - Bairro Portão Velho
CEP 93180-000 - Portão - RS
CNPJ Nº 85.782.878/0036-09 - CCICMS-RS. Nº 213/0045507

Camboriú - SC

Rod. BR 101, KM 131, Galpão C4 C5 e C6 - Bairro Varzea do Ranquinho
CEP 88349-175 - Camboriú - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0039-51 - CCICMS-SC. Nº 260468614

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, nº 915 - Bairro Valada
CEP 89169-899 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 99144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadó

Comunidade Baixo Amoadó, nº 524
Baixo Amoadó, CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3182
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Localidade de Pouso de Caixa, S/Nº,
Unidade II
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (49) 99151-8599
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 98822-5382
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Itoporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Itoporanga - SC
Telefone: (47) 99249-7190
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115